



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 20

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

3.º Reunião em 14/11/2022

Aos catorze dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Ana Carisa Oliveira Martins, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Sara Alexandra Reis da Rocha, Rui Miguel Viera Fernandes de Almeida, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Sara Sandra Resende Tavares, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltaram os Vogais Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Pedro Machado Pires da Rosa e o Presidente de Junta (demissionário) António Augusto Cruz de Aguiar⁰⁰¹.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Eneide Manuel Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, António José Jesus Monteiro, e António Manuel dos Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Fernando Mendes Couto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Ana Carisa Oliveira Martins, Nuno Frederico Miranda Leite, e Carlos Alberto Nunes, respetivamente.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023;
Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2023;
Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2023;
Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2023.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário⁰⁰² à discussão dos Pontos, 4, 5, 6, e 7 em conjunto, fazendo as votações depois em separado.

Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023;
Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2023;
Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2023;
Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2023.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 28/10/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa recordou que o Presidente da Câmara⁰⁰⁴ já tinha efetuado a apresentação dos documentos em epígrafe, dando de seguida a palavra ao Bloco de Esquerda para apresentação de uma proposta de alteração ao ponto 4.

Vogal João Moniz (BE):⁰⁰⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Antes de mais saudar todos os presentes e quem nos está a assistir em direto, pelas redes sociais. A proposta que o Bloco de Esquerda vem aqui apresentar é uma proposta de alteração à proposta da Câmara Municipal. A intenção da Câmara Municipal é de continuar com a taxa de IMI em 0.4%º e a proposta que nós apresentamos é para alterar essa taxa para 0.35%º.

Esta proposta vem no seguimento de uma reivindicação antiga do Bloco de Esquerda e também da oposição de baixar a carga fiscal municipal. E se essa intenção já tinha pertinência antes, este ano e no ano que vamos enfrentar com crise no próximo ano e do custo de vida que não para de subir esta proposta faz ainda mais sentido.

Como também já aqui foi discutido na sessão anterior da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal tem uma receita fiscal bastante elevada, sem um correspondente de serviços públicos, equivalente. E, para além disso a Câmara Municipal na nas palavras do senhor presidente da Câmara diz que está com boa saúde financeira! E, portanto, atendendo a estes considerandos que acabei de enquadrar, consideramos que existe margem de manobra para a Câmara Municipal fazer aqui hoje uma baixa dos impostos, uma baixa da carga fiscal que o os nossos concidadãos aqui em Aveiro pagam todos os anos e consideramos que é tempo de avançar com este alívio fiscal. E, portanto, apresentamos e submetemos esta proposta.

Como é sabido é da competência da Assembleia Municipal fixar a taxa de IMI e, portanto, consideramos que existem aqui todas as condições para finalmente baixarmos a taxa de impostos que se cobra no município. Disse.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007 010](#)

“Em relação ao conteúdo da proposta, tal como vai ficar claro na discussão do ponto, votaremos a favor dela sem qualquer dúvida.

Mas temos uma dúvida formal quanto à decisão do bloco de esquerda de apresentar antecipadamente a propostas de alteração. Se objetivo foi dar conhecimento à assembleia e talvez explorar do ponto de vista do público esta proposta, tudo bem!

Mas eu quero recordar a todos que, quando estamos a discutir pontos da ordem de trabalhos, podem ser apresentadas propostas de alteração e fazermos a discussão.

Não há necessidade que sejam distribuídas previamente desde que sejam distribuídas no ponto, valem na mesma para a sua distribuição e apreciação. Portanto este é um aspeto formal.

Sobre o aspeto de conteúdo estamos de acordo e iremos votar a favor.

Peço então para ser a continuação daquilo que já foi dito anteriormente sobre a proposta do Bloco.

Bom, há poucas décadas, quando eram infelizmente mais frequentes os desfiles militares, contava-se a história de uma mãe que assistia à parada e que, babada, exclamava para quem a acompanhava: vejam bem que incompetentes, todos de passo trocado, só o meu filho é que está a marchar bem.

Vem isto a propósito da insistência, não sei de quem na verdade, mas formalmente da insistência do Senhor Presidente da Assembleia em manter a ordem de trabalhos com a mesma sequência da sessão ordinária de novembro do ano passado, insistindo em colocar a aprovação das Grandes Opções do Plano antes da aprovação dos elementos que são parte importante da sustentação financeira do mesmo!?

Continuo convicto de que os pontos da ordem de trabalhos que formalizam a arrecadação de várias receitas, que hoje vamos discutir, deveriam anteceder a discussão das GOPs.

Percebo bem que, com a maioria dócil que aqui está presente nas bancadas do PSD/CDS e PPM, o Presidente da Mesa pode fazer quase tudo o que quiser. Contra o bom-senso, contra a lógica e contra o que é prática comum.

Tomemos apenas um exemplo. A Derrama. Votámos na sexta-feira um Orçamento onde está inscrita uma Derrama, com uma previsão de 3milhões 820 mil euros. E se hoje a Assembleia rejeitasse a proposta da Câmara e não houvesse Derrama?

Claro que do ponto de vista técnico tudo se resolveria. Mas a crítica que fazemos não é técnica é política.

Aprovar o Orçamento antes das deliberações que a sustentam é não só contar com o ovo no dito da galinha, mas sobretudo falta de respeito pelo papel autónomo desta Assembleia face

à Câmara. É, no fundo, falta de cultura democrática. Não basta parecer democrata, é preciso sê-lo.

Numa pesquisa aleatória da ordem de trabalhos das sessões de novembro/dezembro de 2021, de 15 assembleias municipais, 13 têm o entendimento que defendemos – entre elas Porto, Lisboa, Coimbra. Primeiro discute-se o “pacote fiscal” depois as GOPs. Apenas duas, Viseu e Braga fizeram como Aveiro.

Regressando à história inicial. Poderá agora o Senhor Presidente da Assembleia dizer que essas duas mais Aveiro, são as que “estão a marchar com o passo certo”. Mas saiba que todos os de fora que nos observaram sabem que estamos na verdade com o passo trocado.

Quanto à substância pouco há a dizer. O que não retira importância ao pouco que, em nome do PCP, vai ser dito.

Contrariamente ao que seria exetável após o fim da obrigação de Taxas nos valores máximos decorrente da aplicação do Plano de Apoio Municipal e das próprias promessas eleitorais desta maioria, continua a ser proposto pela Câmara no próximo ano arrebanhar o máximo de receitas que é possível, sem ter em conta o esforço despendido pelos cidadãos nos últimos anos, nem a conjuntura socio-económica mais complexa e difícil que se está a atravessar, verificando-se a diminuição do poder de compra real, de salários e pensões.

Em particular sobre o IMI é preciso recordar que, a taxa máxima do IMI em 2016 era de 0,5% do valor patrimonial. E foi por proposta do PCP, acolhida no governo de então, que esse montante foi reduzido na Assembleia da República. Portanto o PCP teve um papel determinante na baixa taxa máxima, para o valor atual de 0.4%. Algum mérito teve a geringonça!

Assim, se a proposta fosse, por exemplo, de redução igual ou superior a 3 pontos centesimais, votaríamos a favor.

Já esperamos que venha o argumento do chamado IMI familiar, o qual não é, em si mesmo, um instrumento de justiça fiscal.

Isto porque é uma medida cega, que trata de forma igual uma família com 3 filhos que dispõe de 80.000,00 € de rendimento anual, e uma família com 5 filhos com um rendimento de 30.000,00 € de rendimento anual. São tratados com o mesmo valor de redução de 70 euros.

É também injusta porque permite que os pensionistas, desempregados e trabalhadores com baixos rendimentos, sem filhos, ou cujos filhos não sejam considerados dependentes para efeitos de IRS, com prédios cujo valor não lhes permitam beneficiar da isenção prevista no art.º48 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, esses pagam IMI a uma taxa superior ao aplicado às famílias com filhos, mas com rendimentos e prédios de valor superior.

Sendo a fixação do valor do IMI o aspeto mais relevante neste pacote que nos é proposto, são 18 milhões 820 mil euros de receita, apenas uma breve abordagem dos itens restantes.

A proposta de cobrança do IMI pelo valor máximo terá o nosso voto contra do PCP.

O PCP irá abster-se na proposta de Derrama. Trata-se de um imposto extraordinário que, com o decorrer dos anos se tornou normal, o que não significa que se torne eterno.

Um imposto sobre os lucros demonstrados pelas empresas, que poderia ser cobrado agora com uma taxa mais baixa, o que não é o caso.

Abstenção será também o voto do PCP acerca da participação variável no IRS.

Por fim votaremos contra a Taxa dos Direitos de Passagem cobrado formalmente aos operadores de energia e telecomunicações, mas que estes fazem sempre refletir nos custos imputados aos consumidores.

O PCP espera por melhores anos e por uma diminuição real desta carga fiscal municipal, devido ao acompanhar de uma maior e melhor participação do Orçamento de Estado nas receitas dos municípios que se anuncia para 2023. Mas não espera sentado. Continuaremos a intervir para que tal aconteça em Aveiro e no País. Tenho dito”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [008 011](#)

“Senhor Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal. Senhores vereadores, Senhores deputados municipais e restante público presente. O BE apresenta esta proposta de alteração do IMI sabendo logo à partida que ela vai ser chumbada. Portanto nós consideramos que esta proposta do Bloco de Esquerda não passa de puro oportunismo e populismo. A redução do IMI não consta, nem nunca constou do programa eleitoral do BE!? Nós demo-nos ao trabalho de ver os vossos programas eleitorais das últimas legislativas e em nenhuma parte consta a redução do IMI. Vocês apenas falam em eliminação da isenção de IMI e agravamento de IMI.

Portanto o Bloco de Esquerda sempre foi contra a propriedade privada e contra as famílias que são donas da sua própria habitação. Por isso votaremos contra este oportunismo do BE.

Acrescento além disso que, conforme é dito no programa eleitoral do partido Chega, o Chega é contra a existência do IMI. Por nós não existia. Mas esse é um poder que apenas compete à Assembleia da República.

As Assembleias Municipais apenas têm o poder de reduzir até ao mínimo de 0.3%. Nós autarcas do Chega temos diretrizes do partido para votar contra sempre que a taxa proposta seja superior 0.3%. Portanto, obviamente, votaremos contra.

Senhor Presidente como as propostas envolvem números resolvi trazer uns gráficos para as pessoas lá em casa perceberem bem a carga fiscal a que estão sujeitas em Aveiro.

temos aqui a percentagem de municípios do país, o IMI a nível nacional, temos aqui a taxa mínima, temos aproximadamente perto de 60% dos municípios com a taxa mínima.

Temos perto de 30% com uma taxa entre 0.3% e 0.4%

Temos 5% a 0.4%, onde se inclui Aveiro. E temos 5% acima dos 0.4%.

Portanto Aveiro está no top 10 dos municípios com taxa de IMI mais elevados. Aveiro é o campeão de cobrança de IMI no distrito de Aveiro. O Senhor Presidente da Câmara vangloriou-se que Aveiro é o município que mais fundos capta dos fundos europeus, mas isso depois não se repercute numa baixa de impostos aos municípios.

Portanto Aveiro tem o IMI mais alto de todo o distrito com 0.4%. Temos a seguir Espinho com 0.39%, Santa Maria da Feira com 0.365% etc.

Depois neste quadro, evolução do IMI desde 2011. A Receita da Câmara Municipal em IMI desde 2011 temos aqui barras a cor laranja e temos a linha azul, a variação do IMI.

E há aqui um aspeto muito interessante. É que, o IMI atingiu o valor máximo de 0.5% em 2015. Depois desceu por força da legislação 2 anos andou a 0.45%. E agora está nos últimos anos em 0.4%.

Mas, curiosamente, a receita não desceu. Não teve, não acompanhou, a descida da taxa de IMI. O que isto significa que, como há muito mais construção em Aveiro, é há muito mais casas, há muita mais gente a pagar IMI. Portanto a Câmara pode dar-se ao luxo de descer o IMI e as receitas vão-se mantendo, não vão sofrer grande variação, uma vez que há mais casas.

Portanto há aqui mais um argumento para a câmara poder descer o IMI, sem descer receita, porque está a haver muita construção de casas em Aveiro, portanto vai haver mais gente a pagar IMI.

Nós fizemos os cálculos quanto é que seria, vamos imaginar, portanto a Câmara atualmente com a taxa de 0.4% arrecada cerca de 18 milhões, quase 19 milhões de euros.

Se a taxa descesse para 0.35% passaria a arrecadar 16 milhões e meio. Portanto, teriam uma perda de 2 milhões 350 mil euros. Isso seria uma poupança por cidadão, considerando

os últimos Censos 2021 de 80.978 habitantes, daria uma poupança por cidadão de 29 euros e 5 cêntimos.

Se a Câmara descesse para 0.3%° arrecada 14 Milhões 115 mil euros. Ou seja, há uma quebra para o município de 4 milhões 705 mil e por cada cidadão seria uma poupança por cidadão de 58 euros e 10 cêntimos. Num agregado familiar com 3 a 4 pessoas, isso seria uma poupança anual de perto de 200 euros que, no contexto atual de dificuldades que as pessoas, faria obviamente uma importante diferença.

Portanto nós consideramos que a Câmara tem margem de manobra para descer o IMI e nós assumimos com os nossos eleitores o compromisso eleitoral de lutarmos pela descida do IMI para o valor mínimo e posteriormente pela sua eliminação.

Portanto esta proposta do executivo tem a nossa total discordância e não teremos outra alternativa senão votar contra.

Relativamente à Derrama. No distrito de Aveiro também somos dos concelhos com maior Derrama.

Portanto temos 6 municípios do distrito com Derrama a 1.5%. Temos 6 municípios com a Derrama entre 1% e 1.5%. temos depois 2 municípios com 0% de Derrama.

Além disso, a autarquia cobra a Derrama e depois a estrada na zona industrial de Aveiro estão neste estado (mostrou uma foto). As empresas uma vez que pagam a Derrama máxima mereciam ter estradas melhores na zona industrial.

Relativamente à taxa variável de IRS. Aveiro tem a taxa máxima, ou seja, significa que devolve 0% aos munícipes. Está aqui no grupo das 40% das autarquias que não devolvem IRS aos munícipes.

Aproveito para informar que o Porto devolve 0.5% aos munícipes. Lisboa devolve 3%. Portanto, municípios maiores que o nosso devolvem dinheiros aos seus munícipes contribuintes, coisa que Aveiro não faz atualmente.

Relativamente ao último ponto. Em princípio compreendemos que é uma receita e que as empresas de telecomunicações gastam, tem uma despesa nas instalações que fazem e, portanto, nós não temos objeções. Mas relativamente a esse ponto, em princípio iremos abster-nos, uma vez que ela também está na taxa máxima permitida por lei. Tenho dito”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Senhor Presidente, antes de mais aproveitar cumprimentar toda a gente presente, todos os presentes e quem nos assiste lá em casa.

Isto é para discutir os 4 pontos, certo. Ou é só proposta do Bloco?

Presidente da Mesa:

“Sim (ouvem-se vozes) Houve aqui dúvidas. Pronto. Tem razão Senhor deputado, era isso que estava indicado. A Mesa dará oportunidade a terem nova intervenção.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):

“Muito bem. Nesse caso vou manter o seguimento da ordem.

Os motivos apresentados para o novo adiamento da promessa eleitoral da Aliança da baixa do IMI, com a justificação como a pandemia, a guerra, ou a subida dos preços, são precisamente os mesmos que deveriam justificar a descida desta taxa de IMI.

Não ajudar as famílias que estão sobrecarregadas nesta altura, e em vez disso enterrar milhões de euros em algumas obras, cuja necessidade é discutível e é apenas uma opção política. Temos as famílias com menor poder de compra, temos famílias em grande carência, uma redução do valor do IMI faria, neste momento, todo o sentido.

Não podemos concordar também com a opção tomada por este executivo relativamente aos outros impostos em discussão. Precisamente pelo mesmo motivo.

Num período de crise como o presente, com a taxa de inflação que estamos a assistir, era altura de aliviar a carga fiscal das famílias e empresas também a nível municipal. Não o fazer é manter as costas voltadas à realidade.

Chamamos novamente a atenção para o facto de quanto à Derrama, não virem especificados os setores em questão. Para o PAN não deverá ser idêntica a taxação atribuída a uma indústria poluente, comparativamente uma indústria que implemente boas práticas ambientais, ambientalmente sustentáveis. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE)⁰¹²

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Cumprimento a mesa, cumprimento executivo na pessoa do senhor Presidente, os senhores deputados e todos os que nos estão aqui ouvir através dos meios de comunicação social.

A bancada do CDS/PP, quanto à proposta do Bloco de Esquerda, declara desde já que vai votar contra, porque quanto ao teor da mesma ela é inócua, não vem a propósito, vem fora de tempo. Porquê? Porque o Orçamento já foi aprovado na anterior a sessão. O Orçamento engloba também o pacote fiscal e, portanto, não fará sentido agora vir o Bloco de Esquerda com uma alteração de redução do IRS nesta altura e como tal, é uma proposta a destempo, não faz sentido e, portanto, a bancada do CDS/PP vai votar contra.

Relativamente aos outros pontos que estão aqui em discussão, apreciação e votação do imposto municipal sobre imóveis, designado o IMI, parece que há aqui um esquecimento aqui nesta assembleia e é preciso relembrar, que este executivo tem o compromisso eleitoral local com que se apresentou aos cidadãos e que foi escrutinado e nesse sentido, este executivo foi eleito. E nesse sentido assumiu o compromisso, de facto, de reduzir o IMI no segundo mandato de 2024 para 2025. Nesta fase, vai manter e deliberou nesse sentido, manter o imposto sobre imóveis em 0.4%º para os prédios urbanos e 0.8%º para os prédios rústicos.

No entanto, como eu aqui já disse, este compromisso está assumido desde o início e não é a altura apropriada para fazer esta redução e, pelos motivos que irei expor muito em síntese e que aqui já foram abundantemente explicados, justificados, e qual foi a intenção deste executivo. O Senhor Presidente na anterior sessão explicou o porquê de não ser possível já neste ano de 2023, promover aqui a diminuição da taxa do IMI para 0.35%º, aliás, como seria seu desejo. Isso não vai acontecer, porquê? Porque há aqui uma conjuntura económica de grande incerteza e dificuldade para todos nós cidadãos que pagamos impostos, e inclusive para a Câmara e para o Executivo que tem de governar. E tem que governar nesta conjuntura e não podemos escamotear esta realidade da inflação dos mercados.

No entanto, de referir que este município está na linha da frente nas respostas ao combate e às consequências da crise pandémica, num primeiro momento e agora, neste atual momento, à guerra na Europa, na Ucrânia, e que fez com que os mercados se encontrem numa situação de grande inflação. Portanto estas ajudas estão devidamente materializadas no Orçamento que foi aprovado na anterior reunião, nas Grandes Opções do Plano com medidas direcionadas. Foram aqui debatidas, foram aqui já bem explicadas, para que realmente as pessoas carenciadas e para minimizar estes impactos da crise, entende este executivo que não é pela via da redução do IMI, mas por outras vias. E eu posso aqui em síntese referir que o executivo aprovou a manutenção da aplicação do IMI familiar que traduz efetivamente uma redução do imposto a pagar, considerando o agregado familiar e os seus dependentes e que contribui para agregados familiares que vão beneficiar desta

medida. E esta medida traduz-se, em que um agregado familiar com um dependente, recebe 20 euros, um agregado com 2 dependentes recebe 40, e um agregado com 2 ou mais dependentes 70 euros. E também outra medida que foi tomada pelo executivo na matéria da Educação, são os apoios e complementos educativos destinados à comunidade escolar, ao nível da ação social escolar, o fundo de apoios às famílias, respostas de emergência, caso a caso avaliadas no momento e para quem delas precisa.

Acresce ainda dizer que, embora estejamos nesta conjuntura económica instável e incerta, motivada antes pela pandemia agora pelas consequências da guerra na Ucrânia, claro que também causa contrariedades na gestão da Câmara e na vida das pessoas o que contribuí e está a contribuir para uma carga fiscal elevada, no que respeita aos combustíveis, aos alimentos, nas matérias-primas. Neste momento, uma coisa, nós temos a certeza, estamos perante uma crise, sem dúvida, mas o país vive que nunca como nunca viveu uma situação de pleno emprego. E neste sentido esta crise é uma crise de mercados, não é uma crise no mercado de trabalho e, nesse sentido, o Executivo, a nosso ver, andou bem em manter as taxas IMI de modo a que, neste momento, ajude aquelas pessoas que realmente carecem. Não uma ajuda às cegas, aliás, como dou o exemplo de uma que recentemente o Governo implementou, que de sentido de Justiça não tem nada ou muito pouco, que é o exemplo dos famigerados 125 euros que muita gente recebeu e nem deles precisava.

Portanto a Câmara neste particular agiu bem em tomar estas medidas, não pela via do abaixamento do IRS, mas pela via destas ajudas, que estão já materializadas neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano e, portanto, entende a bancada do CDS/PP, que é por esta via que o Executivo segue bem. E qual seria o interesse e estarmos a baixar 0.01 ou 0.02. Isso seria uma ajuda cega que não teria qualquer resultado prático na vida das famílias e daquelas pessoas que realmente necessitam de ajuda.

E para isso cá está a Câmara, cá está este executivo, na pessoa da senhora vereadora da vertente social em que no terreno vai avaliar caso a caso as necessidades pontualmente, e se for preciso ajudar uma família que precisa de um apoio, um complemento no seu salário mensal, que chega ao fim do mês e não chega. Portanto a Câmara está aberta para fazer essa ajuda e tem-no feito e continuará a fazer com certeza absoluta.

Portanto se este executivo tivesse optado de facto por esta diminuição do IMI, essa diminuição, pondo no prato da balança e comparando com as ajudas que a Câmara prevê aqui no Orçamento são muito mais direcionadas para as pessoas necessitadas que delas precisam, destas verbas e, portanto, vai contribuir também para o crescimento da economia local. E se optasse por esta redução dos impostos que aqui está a aprovar, poria decerto em crise o equilíbrio financeiro da Câmara, porque com a redução das verbas para o primeiro trimestre de 2023, e foi aqui também falado a transição do quadro dos fundos comunitários do Portugal 20/20 para o Portugal 20/30.

Isto será a motivação suficiente para que a bancada do CDS/PP aprove a medida de manutenção da taxa do imposto sobre imóveis de 0.40% para o ano de 2023.

Igual argumentação verte relativamente às outras taxas de IRS, da Derrama e os Direitos de Passagem, que a Câmara e o Executivo optou por manter. A Participação no IRS na taxa de 5%, a Derrama em 1.5% e a Taxa Municipal Direito Passagem 0,25.

Portanto a bancada do CDS/PP acompanha de perto toda a gestão que tem feito, que como eu disse está espelhada neste Orçamento, nas Grandes Opções do Plano e, como tal, vai votar contra a proposta de abaixamento aqui apresentada agora à última pelo Bloco de Esquerda e vai cotar favoravelmente à apreciação dos pontos 4, 5, 6 e 7, que temos aqui hoje em discussão.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰¹⁴

“Cara deputada, em que ponto da lei ou do Regimento se baseia para insinuar que não faz sentido discutir a proposta do Bloco de Esquerda, dado que o Orçamento municipal já foi aprovado?”

Vogal Inês Abreu (CDS):⁰¹⁵

“Já respondi. O Senhor deputado é que não estava atento. Porque o Orçamento e as Grandes Opções são discutidos em conjunto e do qual faz parte o pacote fiscal. E é nesse sentido (ouvem-se vozes). Senhor deputado é esse o meu entendimento. Se quer acatar acata, se não que acatar, não acata. Olhe é democracia.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Boa noite a todos. Ao contrário de todos os que me antecederam, vou fazer uma muito breve intervenção, porque creio que, como já foi aqui dito, as GOPs foram aprovadas nelas estão incluídos estes impostos e a manutenção destas taxas.

Portanto pouco haverá a acrescentar àquilo que nós, Partido Socialista, já dissemos. No entanto, encontra-se aqui em discussão a proposta do Bloco de Esquerda, embora não concordando exatamente com todos os pressupostos, esta proposta que o Bloco de Esquerda vem fazer é exatamente igual àquela que nós já fizemos em anos anteriores e que não teve e não vai ter o acolhimento, porque isto é daqueles jogos que nós já sabemos o resultado. Mas, de qualquer das maneiras, é sempre importante lembrar a necessidade de baixar os impostos. Por isso, em relação ao Bloco de Esquerda, o Partido Socialista tem esta posição que, depois quando formos votar, tomarão conhecimento.

No que diz respeito aos outros impostos, eu devo dizer que o PS entende que os impostos em vigor no município deverão baixar. É esta a convicção e baseia-se não só na situação financeira que Câmara Municipal apresenta (e de que tanto se orgulha) mas, sobretudo, porque atravessando país e o mundo uma crise económica com uma taxa de inflação elevada e prevendo-se um agravamento desta situação, este é o momento de proceder a essa baixa e o nosso município deverá ser sensível a esta situação.

Os impostos que nos foram impostos, foram os mais elevados, como o Senhor Presidente já várias o disse, porque à data o município apresentava uma situação financeira muito complicada.

Mas graças a Deus e ao seu trabalho a situação económica e atualmente é bastante melhor. Portanto chegou a altura de dar uma benesse aos aveirenses. É essa a posição que o PS entende.

Mas nós não nos podemos esquecer que as famílias, hoje em dia, vivem com enormes dificuldades. E uma pequena diminuição da taxa do IMI é sempre bem-vinda. Nós sabemos com o aumento do custo de tudo, da alimentação, dos combustíveis, tudo tem aumentado ultimamente, portanto uma pequena que fosse, alteração, era bem-vinda, as famílias agradeciam.

Claro que nós sabemos que nunca iriam fazer uma descida grande. Mas essa descida que se pede e que se tem dito aqui tantas vezes, seria muito bem-vinda. Portanto estamos falados quanto ao o IMI e o mesmo se aplica também ao IRS.

Nós, aliás o município, quer atrair cada vez mais pessoas para Aveiro e as pessoas também são atraídas pelos impostos que aqui se praticam. E pretendendo nós ser um município rico e dar boas condições a todos, temos que começar pelo que já aqui foi dito, que é necessário erradicar a pobreza que não tem nada a ver que com os pobrezinhos, chamemos-lhe assim. É uma palavra que eu até nem gosto de utilizar. Não têm capacidade para pagar IMI, nem

pagar IRS. Mas a classe média, com certeza, e mesmo a classe que não está no topo, está mais em baixo, agradecerá essa diminuição.

Quanto à Derrama. Também penso que estaria na altura de baixar essa taxa. As empresas também estão numa situação económica difícil. Também Aveiro gosta de atrair as empresas para cá e faz muito bem. Nós precisamos delas. Portanto seria simpático, seria muito bom para elas, terem essa benesse. Até porque a maneira como a situação se apresenta economicamente, vai levar necessariamente a muitas insolvências. E com as insolvências vem o desemprego. Por isso, se a Câmara for sensível aos problemas dos aveirenses, poderá começar a pensar abrir um bocadinho os cordões à bolsa ou não abrir os cordões à bolsa, mas passar a diminuir os impostos.

Quanto aos Direitos de Passagem, já dissemos muitas vezes que não temos uma posição muito determinado que seja assim. Mas também é desvantajoso.

Concluindo e resumindo. Nós somos absolutamente contra o facto de não se baixar os impostos, porque a condição, a situação económica financeira da Câmara que apresenta hoje e que nos é também dito várias vezes, reúne todas as condições para que haja uma diminuição dos impostos. E dessa forma, o povo aveirense ficará mais satisfeito. Toda a gente ficará satisfeita e a Câmara poderá continuar a fazer os seus investimentos como tem feito até agora. Por isso o PS vai votar contra todos estes aumentos. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Boa noite a todos. Cumprimentos a todos na pessoa do Senhor Presidente Mesa. Mas hoje, e por ser depois de ontem, em nome do PSD de Aveiro e em nome desta bancada, um cumprimento especial ao cidadão José Agostinho Ribau Esteves, que soube como líder de um projeto merecer o apoio em todos os cantos do concelho.

Enquanto candidato do movimento Aliança Com Aveiro, soube merecer a confiança em todas as freguesias do concelho. Fez o pleno. Facto histórico! Câmara Municipal, Assembleia Municipal e as 10 Freguesias do concelho, todas por maioria absoluta.

Nunca nenhum Presidente de Câmara conseguiu tal desiderato. Parabéns José Agostinho Ribau Esteves.

Mas esta performance não acontece porque calhou ou porque ele é simpático ou fala bem. Não. Esta performance aconteceu porque o líder, a equipa, o projeto, mereceram a confiança dos cidadãos. Mais. Aconteceu porque os cidadãos acreditam no presidente, na equipa e no projeto, e na concretização das suas promessas. Enquanto outros falam em hossanas de democracia, como se fossem donos dela, falam em miseráveis, fazem trocadilhos, baralham, ofendem, mentem, fazem números políticos, mas não é isso que o povo quer.

O que o povo quer é bons candidatos, com os projetos, equipas sérias, capazes e honestas.

Depois em democracia — e agora sim em democracia, o povo, os cidadãos votam e escolhem os melhores, os mais sérios, os mais capazes. Foi assim ontem em São Jacinto.

O Senhor Presidente Ribau Esteves fica na história de Aveiro, como o primeiro e único presidente de câmara que fez o pleno pela confiança, pela capacidade e pela honestidade do povo. O povo, os cidadãos, assim o quiseram.

Sobre o pacote fiscal. A estrutura orçamental do município de Aveiro exige receitas que permitam fazer face às despesas correntes e de capital, garantindo o financiamento de todos os serviços e a realização de todos os investimentos. Promovendo o desenvolvimento integrado do município e da melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim Senhor Presidente da Mesa o PSD Aveiro, assim como esta bancada, subscreve a manutenção do pacote fiscal nesta primeira etapa do mandato e a diminuição do IRS e do

IMI na 2ª metade. E tem a certeza que os aveirenses, que são os primeiros beneficiários dos projetos executados e a executar, entendem, aceitam, e concordam com esta posição.

No ato eleitoral de ontem, onde o pacote fiscal também esteve, onde passámos a nossa posição de 2 mandatos para 4, foi clara a escolha dos cidadãos a este pacote fiscal que também se aplica aos residentes de São Jacinto. E não obistou que eles escolhem-se de uma maneira clara o projeto da Aliança Com Aveiro.

Mas em relação ao IMI, penso que também devíamos fazer uma certa desmaterialização de tal imposto. É um imposto sinistro. Porque o Estado manda numa carta anual tipo pacote. Caso prático, concreto e real. Eu, cidadão residente Aveiro, proprietário de uma casa pago IMI de 840 euros ano. 70 euros mês. Somos 2 residentes lá em casa, pagamos de IMI por mês 35 euros cada um! É pouco? É muito, se fosse 0 era melhor porque a casa é minha. Mas como todos sabem, exerço uma atividade na área de saúde e trabalho muito, trabalho mesmo muito. E então o último mês de outubro paguei sobre os meus rendimentos do trabalho, rendimentos do trabalho 1.620 euros de IRS e a minha esposa perto de 600.

Ou seja, na nossa casa, no último mês, pagámos 70 euros de IMI e 2.220 euros de IRS ao Estado. Afinal o mal não está no IMI!

A quebra de rendimentos nas famílias não está no IMI está na carga fiscal, brutal, do Governo.

Se falarmos de IVA, cada vez que encho o depósito, fica lá de imposto mais que os tais 70 euros de IMI. Agora eletricidade, 23% IVA. Enfim, tudo, mas tudo, paga muito imposto e o IMI é claramente valor mensal mais baixo.

Esta e a desmaterialização do tal IMI. Afinal se o Governo descesse o IVA da eletricidade, como noutros países fizeram, já pagávamos menos IVA por mês. E tínhamos, as famílias tinham mais rendimentos. Se o Governo nos desse um apoio fixo ao litro de combustível como aqui ao lado faz Espanha, poupávamos mais! Tínhamos mais rendimentos.

Essa é que é verdade. O IMI é um imposto que se paga, mas está longe de ser o imposto que mais se nos leva. A bancada do PSD votará favoravelmente o pacote fiscal e, naturalmente, votará contra a do Bloco de Esquerda.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento todos aqueles que assistem nas redes sociais. Eu sobre este ponto o Manuel Prior acaba por dizer tudo o que havia para dizer. Eu só vou adicionar mais uma outra nota, porque é necessária face à demagogia toda que se ouviu aqui hoje.

A linha de estratégia e de atuação deste Executivo está claríssima desde o início do primeiro mandato. Sendo que o primeiro mandato (e aqui é que entre a demagogia ali do colega do Chega) é que o primeiro mandato é caracterizado por uma recuperação de uma pré-bancarota em que o município se encontrava.

Portanto quando apresenta aqueles gráficos muito bonitos, esqueceu-se de referir dos municípios que estavam com taxas mais elevadas, quantos desses municípios e que estiveram na situação e que Aveiro se encontrava? É aí que o seu exercício é de profunda demagogia, associado a outro fator de demagogia.

É que, enquanto o senhor deputado não vier para aqui, apontar essas necessidades ou essas estratégias de opções políticas, de redução de receita fiscal para o município, mas enquanto não vier dizer aqui a todos nós, das GOP que estavam claríssimas para toda a gente ver, dizer se é na Escola do Solposto que vai deixar de fazer as obras; se é na Póvoa do Paço; se é em Nossa Senhora de Fátima; se é nos Areais, seja onde for.

Ou se é por exemplo, na eficiência energética mais de 2 milhões de euros que a câmara fez, (e que questionou na última sessão da Assembleia Municipal) na habitação social. Qual era

o significado daquilo, quando se calhar nunca se deu ao trabalho — e era uma boa oportunidade de ir ao Bairro de Santiago, por exemplo, em que neste momento tem os edifícios em obra e vê a preparação do capôto naqueles edifícios que estão a ser reabilitados.

E, portanto, mostra um profundo desconhecimento e uma demagogia quando vem cá trazer este tipo de argumentos e esses gráficos. E deixe-me que lhe diga: no entanto, nos argumentos que trouxe, há notícias muito positivas. Uma delas é que desde 2016 o IMI em Aveiro começou a descer. E está feita a promessa neste plano e orçamento, ou melhor, no plano e orçamento que foi apresentado está feita a promessa que a descida do IMI para 0.35%^o e vai ser votado na Assembleia Municipal no último trimestre de 2023. Portanto, esta é a boa notícia para os aveirenses, associada a outra coisa que é, depois de toda esta crise que o município passou, nós estamos votados aqui em Aveiro a um atraso estrutural que é gritante. E do qual nós estamos a fazer uma recuperação que é notável.

E, portanto, esta é a realidade e tudo aquilo que veio aqui fazer mais não é do que um exercício de demagogia.

E, portanto, quando se fala de facto em impostos, como o Prior disse e muito bem, a carga fiscal em Portugal não está associada ao IMI. Um empréstimo de 100 mil euros 0,4% pagaria 400 euros, a 0,35% pagaria 350 euros. Portanto estamos a falar de 50 euros. Mais do que isso, mais do que isso, pago eu em impostos cada vez que ateste o depósito no carro. Já para não falar quando encho o carrinho de compras, com a inflação e com o IVA que incide sobre uma base de preços cada vez é maior.

Portanto é demagogia à esquerda e é demagogia à direita! Mas o caminho está muito bem traçado e os aveirenses identificam-se com este caminho e é por isso que, sistematicamente, e como o Manuel Prior disse muito bem, reforçam a votação na Aliança Com Aveiro. Tenho dito.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰¹⁹

“Senhor deputado, diga-me se não entende ser demagogia dizer que o IMI tem baixado desde 2016 em Aveiro! Quando todas as baixas do IMI foram em resultado de alterações produzidas na Assembleia da República. A taxa do IMI desceu dos 5% originais antes de 2016, aliás foi com o Governo PSD/CDS que o IMI atingiu os valores máximos. Mas se não foi da redução decretada pela Assembleia da República que essas baixas se vieram a verificar?”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD):⁰²⁰

“Muito rápido. Não corresponde à verdade, sabe porquê! Porque sempre que foi possível encostar a taxa de IMI nos municípios que estavam sobre programas de ajustamento municipal à taxa mínima Aveiro fê-lo.”

Vogal José Monteiro (BE)⁰²¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²²

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰²³

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁴

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Para finalizar e reforçar algumas ideias chave do que foi o debate que aqui decorreu, até porque continuamos a debater questões económicas e financeiras, após a aprovação do orçamento camarário, que pressupõe, este mesmo pacote fiscal proposto pelo executivo e não qualquer outra proposta alternativa.

Todos gostaríamos de viver num lugar onde não fosse necessária tributação, ou seja, cada um de nós, não ter de pagar impostos para que sejam reaplicados, neste caso pela autarquia, por este executivo, para que a sociedade como um todo, tenha melhores condições de vida, mas esse, é um cenário apenas empírico e dos bancos da universidade. Por isso, gostava de começar por recuar um pouco no tempo e fazer um exercício de memória coletiva:

1) Recuemos então a uma conferência de imprensa realizada a meados de setembro de 2021, que tinha como protagonista o então candidato à Câmara Municipal, Eng. Ribau Esteves, em que o mesmo afirmou, em nome da Coligação, e passo a citar, “Assumimos a aposta na redução da taxa de IMI, de 0,4 para 0,35, num quadro de manutenção de uma política fiscal sustentável, para a vida dos cidadãos e também no quadro de sustentabilidade das finanças da Câmara”.

Assim, mantemos hoje, o que dissemos no passado, ou seja, a Aliança com Aveiro assumiu o compromisso autárquico durante a campanha eleitoral de baixar a taxa de IMI para 0,35%. Algo que não esquecemos e mantemos como objetivo para o presente mandato, inclusive o Presidente de Câmara, já se comprometeu a cumprir no próximo ano.

Mas, como fomos afirmando durante a campanha eleitoral, tal como durante o presente mandato, é importante que as condições estejam reunidas para que isso aconteça.

Temos consciência que as finanças do Município apresentam nesta fase uma saúde muito superior ao que era apresentado no passado, como o confirma o recente Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, mas tendo em conta que a autarquia continua num momento de forte investimento e em fases avançadas de execução, reduzir nesta fase uma das fontes de financiamento, poderá ser contraproducente, e não queremos, nem podemos dar passos em falso.

O IMI tem representado, grosso modo, ao longo dos últimos anos um valor de cerca de 18,5M€, mas a título de curiosidade, os proprietários de imóveis em Aveiro pagam “apenas” cerca de 20% do orçamento municipal. Orçamento esse, que se transforma em investimento autárquico, mas que também tem de cobrir, nomeadamente, a escalada dos preços da energia, da iluminação pública, dos combustíveis e das matérias-primas, entre outros, que pressionam todos os dias as finanças municipais. Investimento autárquico que também tem ajudado muito a valorizar o património imobiliário dos referidos proprietários, basta lembrar quanto se valorizou o imobiliário em Aveiro nos últimos anos.

Assim, longe vão os tempos em que o dinheiro dos nossos impostos parecia desaparecer na neblina matinal e sem o retorno desejado por todos.

Ainda assim, não somos insensíveis em termos sociais, o orçamento e as GOP espelham isso, com o apoio aos mais carenciados por via de diversos instrumentos e reconhecemos que se trata de um esforço grande para muitas famílias, que num cenário de pré-recessão e pressão inflacionista, qualquer variação da taxa poderia ser uma ajuda.

E por isso mesmo, não poderia deixar de salientar, o IMI familiar e o benefício que abrange cerca de 6.500 agregados familiares. Sendo Aveiro uma das 263 autarquias a praticar a redução prevista para famílias com filhos, em que a habitação seja própria, permanente e morada fiscal por exemplo VN Gaia, Coimbra ou mesmo Matosinhos da Sra. Presidente da ANMP não o praticam, segundo informação disponível na Associação de Famílias Numerosas e com isto não diferenciam positivamente os que, normalmente, mais precisam, Face aos restantes impostos e taxas, o município de Aveiro continua a ser atrativo para pessoas e empresas. As empresas querem uma autarquia ágil, uma autarquia próxima e que responda aos seus problemas, como é disso exemplo a reunião com empresários de Taboeira realizada recentemente, neste mesmo espaço.

Apoiaremos a manutenção do pacote fiscal, permitindo a aconselhável previsibilidade fiscal na vida das empresas e das pessoas. Mas, permitam-me antes de terminar, que faça uma

referência relativa à participação variável do IRS, taxa que não sofre alterações há algum tempo e mesmo assim Aveiro regista crescimento populacional. E com certeza que nenhum de nós decidiu residir onde reside por haver maior ou menor participação variável de IRS, mas sim pelos serviços e qualidade de vida que consegue usufruir.

Mas sendo este um imposto sobre o rendimento das famílias, devia ser o governo socialista a dar o exemplo e a aliviar a fatura, pois são responsáveis pelos restantes 95% do imposto, principalmente num cenário como o atual.

Em Aveiro, manteremos a postura recente em relação a este imposto, pois deve ser o governo, a efetuar o alívio da tributação fiscal em sede de IRS para aumentar o rendimento mensal disponível dos portugueses em geral e dos aveirenses em particular, muito para além das operações de maquilhagem recentes na tributação de IRS.

Assim, estamos de acordo com o presente pacote fiscal, pela continuidade da consolidação orçamental e por permitir gerir financeiramente as obras em curso, a incerteza da continuidade da pressão inflacionista, o impacto da guerra, a escalada dos preços da energia, dos combustíveis e das matérias-primas nomeadamente, somando a circunstância da transição dos Quadros Comunitários, e para terminar, mas também, por permitir de uma forma mais eficaz e eficiente a resposta social que será cada vez mais necessária junto dos que mais necessitam.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[026](#)

“Senhor Presidente, protesto pelo facto de terem sido aqui invocados argumentos que não correspondem à realidade, perante o meu pedido de esclarecimento.

Perante o pedido de esclarecimento foi-me dito que desde 2016 há momentos em que a taxa de cobrança de IMI era inferior ao máximo legal! Feita a consulta, por eventual erro de informação, quero reafirmar o que disse e afirmar que quem me corrigiu está enganado.

Em 2021 0.4%; 2020 0.4%; 2019 0.4%; 2018 0.4%; 2017 0.45%; 2016 0.45%! Sempre os valores máximos autorizados nos períodos em referencia.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Respondendo em primeiro lugar à deputada do CDS. As críticas que têm a fazer, na verdade, não as devem fazer ao Bloco de Esquerda! Deve fazer é ao Senhor Presidente da Assembleia como ele decidiu organizar os trabalhos e estabeleceu a ordem dos trabalhos.

Nós podíamos estar a votar, como muita gente já aqui referiu, nós podíamos estar a votar o pacote fiscal que obviamente verte nas GOPs em primeiro lugar e depois votar as GOPs. Mas não é assim que os trabalhos são organizados. Que eu saiba, não é o Bloco que organiza os trabalhos nesta assembleia e, portanto, essa crítica deve fazê-la ao Senhor Presidente da Assembleia, não ao Bloco.

Para além disso a proposta do Bloco seguiu por e-mail, que eu saiba, para todos os membros da Assembleia Municipal há 2 semanas ou 3 semanas. Portanto isto não é uma coisa que o Bloco de Esquerda trouxe aqui hoje ou inventou isto aqui hoje. Aliás, se nós formos olhar para aquilo que é o legado do Bloco de Esquerda e a intervenção do Bloco de Esquerda aqui neste município, nós apresentamos esta proposta de alteração praticamente todos os anos em que é discutido o Orçamento e o Pacote Fiscal, nós apresentamos uma proposta de alteração à proposta do IMI estabelecida pela Câmara Municipal!

Não é aquilo que o Senhor deputado do Chega diz, que o Bloco nunca apresentou uma proposta de abaixamento de IMI. Senhor deputado, em vez de ir consultar o manifesto das legislativas, se calhar devia ir consultar o manifesto das autárquicas, que é o nosso campo de ação, neste momento, é campo do concelho não é o campo das legislativas.

Eu sei que a mentira é um princípio organizador da prática política do Chega. Mas há limites e os limites são a realidade empírica e convido a consultar os manifestos autárquicos que o Bloco de Esquerda tem submetido às várias eleições aqui no concelho e certamente que vai ver que aquilo que disse é mentira.

Eu sei que o Chega agora nesta na forma como está, viu que existe aqui uma oportunidade de mercado, com o CDS pelas horas da morte, O Chega agora também quer ser uma espécie de muleta do PSD. E, na verdade, o Chega é sucedâneo do PSD e quer agora ser aqui uma muleta do PSD, principalmente aqui no concelho.

O Chega até faz comunicados a dizer que o que o Senhor Presidente referiu o Chega numa reunião de câmara!? Ai que bom que isso é que orgulho que isso nos dá! Isto aqui vê-se também a aveia anti-sistémica do Chega, que na verdade quer ser a próxima muleta do PSD.

Em relação à proposta em si. Muitos dos argumentos que nós ouvimos aqui, não só na resposta à proposta, mas também como na própria discussão das GOPs e da discussão de outros impostos, leva-nos a crer que a Câmara Municipal está em condições de fazer um abaixamento dos impostos em Aveiro. A Câmara Municipal vangloria-se, repetidamente, que tem as contas consolidadas, que têm as contas saudáveis e, portanto, não seria uma baixa de cerca de 2 milhões nos rendimentos anuais da Câmara Municipal que iriam provocar um dano significativo nas Contas.

Por contrapartida, esse dinheiro poderia fazer falta e certamente fará falta a muitos aveirenses que agora sentem um aperto. A subida do custo de vida, não só associada à crise de inflação, mas também à própria política da Câmara Municipal de valorização do património e o efeito que isso tem, no valor das rendas e no valor da compra de casa em Aveiro.

E, portanto, consideramos que estão reunidas as condições para fazer finalmente um abaixamento dos impostos em Aveiro em sede de IMI. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰²⁸

“Senhor deputado do Bloco de Esquerda, nós vimos o vosso programa a nível nacional e defendem o agravamento do IMI. A nível local defende a descida do IMI!? Só tenho um comentário a fazer — vocês decidam-se sobre o que querem. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁹

“Obrigado a todos pela pobreza do debate. E para deixar claro duas ou três questões. Em 1º lugar, a política tem que ser exercida com coerência. E nós estamos a exercer o mandato com a manutenção do mecanismo de investimento muito elevado, com uma atitude de cogestão do todo, porque a Câmara é apenas cogestora, que valoriza o território em que estamos. E aquilo que é importante no município é a capacidade de desenvolver, é a capacidade de induzir atividade económica, é a capacidade dessa atividade económica ter ganhos adicionais e crescentes em todo o tempo.

E é isto que a Câmara Municipal está a fazer. Nós recuperámos uma Câmara numa situação de falência financeira clara. Nós conseguimos dar-lhe estabilidade financeira, dar-lhe capacidade de crescimento e de fortalecimento da sua capacidade de realizar.

Nós retirámos da nossa estrutura de despesa uma carrada de despesas sem pés nem cabeça! Nós pagámos a toda a gente. A Câmara devia 150 milhões de euros a mais de 1.200 pessoas e empresas. Algumas delas faturas com 20 anos de idade.

Aquilo que é importante é nós sermos indutores de atividade económica como somos. É nós termos crescido na última década, 3.2% em habitantes, 4.7% em fogos.

É nós termos hoje claramente (e toda a gente sabe isto) o património imobiliário dos nossos cidadãos muito mais valorizado, porque o território está mais valorizado, porque o território está mais atrativo aos investidores. E se de facto hoje temos essa circunstância, em que os nossos preços para vender imóveis ou para arrendar, estão de facto bem mais altos do que aquilo nós queríamos, a razão de ser dessa circunstância é exatamente a valorização do nosso território.

Não é verdade, quando alguém disse que os inquilinos aumentam a renda porque o IMI aumentou, não tem nada a ver com nada disso. Os fenómenos que estão no mercado têm a ver com aquilo que é o valor de um imóvel. E se eu sou senhorio e tenho o meu apartamento no mercado de arrendamento e se o mercado me paga 500, em vez de 400, obviamente, vou vender o meu arrendamento por 500 em vez de 400. É isto que está a acontecer no nosso município.

Todos vocês sabem disto. Em qualquer sítio (obviamente uns são mais valorizados que outros) claramente, mas hoje qualquer fogo, qualquer armazém, qualquer unidade industrial hoje, no município de Aveiro, vale muito mais. É muito mais do que valia há 2 anos, há 4 ou há 8. E este é um papel muito importante do nosso trabalho e que indiscutivelmente está a acontecer. O problema do António Monteiro não são os 200 euros de IMI. O que está errado na vida do António Monteiro é sermos um país em que o ordenado mínimo nacional é miserável!

Porque se compararmos (ainda ninguém fez esse exercício) os IMIs de Portugal com os IMIs de outros países, o nosso IMI é de rir à gargalhada quando o comparamos com outros países da nossa Europa. Espanha, França, enfim, Reino Unido que é o mais pesado de todos, embora sendo europeu, já não é da União Europeia.

E, portanto, esta operação é uma operação tranquila, sustentável, e a oposição já devia ter percebido! Porque isto não tem a ver com o aumento do custo. A conversa do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda sobre o IMI, nesta Assembleia Municipal, foi sempre a mesma!? Nunca teve nada a ver com o custo da vida. A vossa conversa, a vossa atitude, foi sempre a mesma. A isso, retorno dos cidadãos, nada.

O Partido Socialista até levou agora para a lista de São Jacinto o seu, entre aspas (com muitas aspas) especialista em Finanças. E lá foram dizendo á chucha calada, que o IMI está alto, etc, mas está lá a resposta. Vocês foram postos na “rua” da única Junta de Freguesia que miseravelmente governaram! É chato de ouvir senhora doutora, mas o povo é quem manda na democracia. E dói quando perdemos. Eu também já perdi. Mas não deixo de ser democrata quando perco. Só que vocês ainda não perceberam que este é um exercício que não interessa às pessoas. O que interessa às pessoas saber o que é que nós estamos a fazer com o dinheiro.

Eu nem comento os mapas ridículos do Chega, porque são absolutamente ridículos! É falada a árvore como se ela só tivesse tronco. E falar da flor como se ela não tivesse pétalas. As coisas não são em sentido estrito, nada é em sentido estrito, tudo tem latitude, tudo tem relações. E obviamente que se nós fôssemos para rankings financeiros, vou ficar só aí, mas vamos também para rankings de desenvolvimento. Veja o crescimento brutal que nós fizemos nos rankings todos que o país tem. Sejam financeiros (o famoso Anuário da Ordem dos Contabilistas) seja em todos os rankings de níveis de desenvolvimento de entidades insuspeitas todas elas. É isto que interessa aos cidadãos e é isso que interessa aos investidores.

Eu sou Presidente de Câmara, faço 25 anos no próximo mês de Janeiro. Liderei o município de Ílhavo, município muito industrial, com muitas empresas, e agora lidero município de Aveiro. Eu nunca ouvi um empresário queixar-se da Derrama!? Nunca na minha vida. Ainda hoje reuni, foi acabar a reunião e vir a correr para a assembleia municipal, com representantes de um grande investidor francês, que vêm para cá investir. Falámos de mil

coisas, menos de Taxas Municipais, de IMI ou Derrama. Porque quando nós vamos fazer análise séria de investimento e verificarmos na estrutura de custos o que é que contam estas matérias (elas contam claro que não são zero) a sua pequenez é de uma brutalidade enorme.

Mas há mais. É que continuamos a ser o país da União Europeia, em que a percentagem da receita do Estado que é entregue e gerida pelos municípios é mais baixa! São apenas 9%.

A média europeia é de 21%. E o que é que isto quer dizer o quê? Quer dizer que, de facto, a tremenda carga de impostos que nos últimos 2 anos bate recordes, que este ano vai bater recorde outra vez, que a proposta de Orçamento de Estado do Governo para 2023 prevê novo recorde, entendam é aí que está a carga fiscal. É aí que está o problema das empresas que por terem uma carga de impostos tão pesada não podem pagar um ordenado maior aos seus trabalhadores.

Tirando muitos que pagam. Nós temos no nosso município empresas que pagam 14, 15, 16, 17 meses. Porquê? Porque produzem, porque geram riqueza, e pela sua política social-democrata partilham uma parte dos seus lucros. Obviamente com os acionistas (era o que mais faltava, mas também com os seus trabalhadores. Todos nós conhecemos pessoas que trabalham nessas empresas e não são poucas. Não é uma nem duas, são muitas. E é neste patamar que nós temos que colocar a política no país. Porque é neste patamar que está a política no município.

Andamos a discutir o farelo. E nós estamos aqui para ajudar os cidadãos a crescerem à séria. A terem a Cultura hoje que não tinham há 9 anos. As Associações a terem o apoio hoje que não tinham há 7 anos. As Juntas de Freguesia a serem um investidor relevante no quadro do investimento público que não eram há 6 anos. etc, etc, etc.

Este é o município que nós queremos. Esta coisa da discussão, sinceramente não sei quantas pessoas é que nos estão a seguir, mas isto é um debate chatíssimo que não interessa para nada. Estamos a discutir tostões, estamos a discutir o farelo.

E aquilo que nós queremos discutir e que está no nosso documento de gestão para o próximo ano (que já o aprovámos) é um instrumento que vai continuar a contribuir para induzir a atividade económica, para atrair mais investidores, para criar uma pressão positiva para que tenhamos mais gente que aqui trabalha tenha ordenados mais altos. Vamos, é para a semana, é no próximo ano, que as rendas vão baixar muito e custo de habitação no nosso município vai baixar? Não é. Temos que continuar a estimular as nossas empresas de construção para construírem mais. Para o mercado muito alto, médio alto, e para habitação a custos controlados em todos os mercados.

Eu reúno com investidores todas as semanas. As nossas taxas de licenciamento não são comparativamente baixas. Se o Gabriel fizesse mais uns mapinhas, íamos ter nós os nossos gráficos mais altos que a esmagadora maioria dos municípios da nossa região.

Só que depois há outro mapinha. É que construir e vender em Aveiro dá muito mais dinheiro do que nos outros sítios do mapinha. A tal história de que as análises não podem ser em sentido estrito, têm que ter em que sentido lato.

E estes 2,2 milhões de euros, que não vamos tirar do nosso Orçamento este ano porque não vamos baixar o IMI, têm uma gestão muito apertada muito cuidada. São parte de um Orçamento, obviamente, não vou repetir as intervenções que fiz na nossa última reunião, quando discutimos e aprovámos o nosso Plano e Orçamento.

Aquilo que é o trabalho e que estamos a fazer, é esta capacidade de pegarmos nos impostos que os nossos cidadãos nos pagam e somar-lhe outras receitas que nós possamos receber. A tal história que eles contribuem com um terço, assim arredondando a conta, da nossa receita, nós conseguimos ir buscar mais dois terços para fazer coisas para todos eles.

Este é o caminho que interessa. Não interessa ao município de Aveiro esta discussão da treta, de baixar o IMI 10 eurinhos, 15 eurinhos, isto não interessa para ninguém.

E isto dá-nos uma outra capacidade. Capacidade de ajudar a sério quem precisa mesmo. Eu já disse isto e digo outra vez, não sei se disse aqui na Assembleia. Se já disse peço desculpa. As Chefias da Câmara, aquelas que não estão no topo de carreira, ganham ligeiramente menos que 2.700 euros por mês, ligeiramente. Tem algum sentido estes nossos colegas que nós gostamos tanto, são tão fundamentais para a nossa Câmara, terem recebido 125 euros do Estado? Não tendes amigos, empresários, vossos conhecidos, empresários de boas empresas, com bom património, também receberam os 125 euros.

Isto tem algum sentido. Isto é uma palhaçada política feita à custa de devolver uma pequena parte daquilo que o Governo com esta absurda carga fiscal nos está a tirar.

Tem algum sentido que o Governo continue a ler o Código do IVA como se fosse a Bíblia. Isto tem algum sentido? Tem algum sentido que nós não tínhamos acesso a pagar um IVA mais baixo em situações de pressão, de custos, sejam em áreas essenciais para a vida como é a energia ou como é o cabaz alimentar. Tem algum sentido?

Ai que o Governo vai devolver. Mas devolver o quê? Vai devolver a quem? E onde é que está a transparência das Contas? Nós em Aveiro somos contra a demagogia. E eu não faço mapa ridículos, porque isso foi uma criação do Eng.º Sócrates e eu não sigo as criações de discurso político do Eng.º José Sócrates.

Agora, o mapa que nós temos para mostrar a toda a gente é o mapa de uma Câmara falida e recuperada. Ainda tem o seu processo para continuar a consolidar. Esse processo não está terminado, está num patamar de consolidação bom, mas este processo não está terminado. É uma Câmara tem hoje capacidade de investimento à séria. O nosso Parque Escolar era uma vergonha. Todos nós enchemos a boca, as criancinhas, o IMI familiar todos a favor, e a miséria de escolas onde a nossa gente trabalha? Ai, mas é preciso dinheiro, ainda por cima agora é preciso mais dinheiro porque os preços das obras estão a disparar a sério. Não é um bocadinho é à bruta. Só em revisões de preço, depois de adjudicarmos, estamos a levar com 20% em cima. Reduzimos o IMI, as criancinhas que fiquem lá numa escola miserável! Por que é que temos de dar escolas boas às criancinhas. Pois olhem, objetivo absoluto até ao fim do nosso mandato. O nosso Parque Escolar tem de estar todo com a qualidade e a dignidade que todas as nossas crianças merecem. alguém cuidou disto? Vota prá frente viadutos, estádios, deixem lá estar as criancinhas numa escola miserável!

O município que nós queremos é um município que dê foco e centralidade àquilo que é central na primazia da vida das pessoas.

E é neste quadro que nós temos o maior gosto em ter este pacote fiscal apresentado em coerência com o nosso Orçamento. Olhem, e apliquem-lhe aquela propriedade comutativa que a gente aprende na matemática no quinto ano, que é votar o “pacote” primeiro e o Plano a seguir, ou Plano primeiro e o “pacote” a seguir, façam lá como quiserem porque uma coisa sem outra não faz algum sentido. Como queirais. Se dá mais jeito ao Bloco no discurso, representar o papel ou não representar o papel, está bem.

A mim surpreendeu-me o Bloco, eu reconheço o esforço, mas eu que leio os papéis todos, não sou como o Gabriel que se engana nos papéis, ele tem aquele foco no Ventura e não veem mais nada. Depois como não ligam puto ao João Moniz, querem lá saber de vocês, não precisam de vocês para nada. Mas eu leio. O Bloco de Esquerda propôs baixar o IMI para 0.3%! Então, mas esta proposta está a mentir a si própria porque não querem ir para o 0.3 querem ir para o 0.35%!? Espera aí, há aqui uma coisa que não bate certo!

Eu leio os papéis todos. Até li o papel, aliás até tive muito gosto de conviver na minha viagem para São Jacinto no ferry das 7h10 para lá e das 22h30 para cá na sexta-feira à noite, conhecer os camaradas (não se se tratam por camaradas ou colegas de partido) com o presidente da distrital e da concelhia e deram-me um panfleto do Chega com a promoção da candidatura à Junta de São Jacinto. Era assim uma folha A5 (já pareço o Gabriel a

mostrar bonecos) dobrado em dois e depois, de um lado tinha A foto d André Ventura e do outro lado tinha uma pessoa que não conheço. Inicialmente até pensei que o André Ventura era candidato à Junta em São Jacinto. Depois é que me explicou, não Presidente é o outro. Pessoa simpática, já não ia a São Jacinto há 15 anos, tinha andado lá na tropa. Mas decidi ir lá e ser candidato o que é interessante. Depois tinha uns slogans por trás! Perguntei posso ler o programa? Sim, sim, tome lá o papel. Deram-se o papel e sabem o que é que estava? O mesmo que este que tenho. Nada!

É por isso que vale mesmo a pena nós prosseguirmos uma aposta de coerência. E este orçamento e este pacote fiscal, como assim será quando de novo o fizermos no final de 2023, terá esta nota de coerência. Da aposta no crescimento e no fortalecimento daquilo que somos como realidade social, como realidade económica e como realidade política.

E é por aqui que vamos, porque vamos pelo caminho certo. E vamos com os cidadãos do nosso município e isso é muito importante na vida política, nós sentirmos que estamos acompanhados. Temos gente capaz de servir como vamos passar a ter em São Jacinto. Ter uma Junta que nos ajude e não uma Junta que faz asneiras em cima de asneiras.

Eu já fiz aquilo que tinha que fazer de comunicação à Inspeção-geral de Finanças e de solicitação de per. Por sua via, ao Ministério Público.

E nós vamos continuar com esta lógica de gerir com coerência, com sustentabilidade, com preceito de valorização daquilo que somos como município e sempre, e sempre, com os nossos concidadãos. Muito obrigado.”

Concluídas as intervenções o Presidente da Mesa deu início às votações:

A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda para alteração⁰³⁰ à proposta da Câmara Municipal de Aveiro para a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos (0.35%), foi rejeitada por maioria, com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS5+CHEGA1), zero abstenções, e dez votos a favor (PS5+PAN2+BE2+PCP1).

Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023, sendo aprovado por maioria,⁰³¹ com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5) zero abstenções, onze votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1+CHEGA1).

Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2023, sendo aprovado por maioria,⁰³² com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5) três abstenções (BE2+PCP1), oito votos contra (PS5+PAN2+CHEGA1).

Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2023, sendo aprovado por maioria,⁰³³ com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5) uma abstenção (PCP1), dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+CHEGA1).

Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2023, sendo aprovado por maioria,⁰³⁴ com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5) uma abstenção (CHEGA1), dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP)⁰³⁵

“Solicito que a minha intervenção seja transcrita em ata servindo também como declaração de voto para os quatro pontos.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):

“A intervenção é a declaração de voto.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS):

“A intervenção é a declaração de voto.”

Continuando, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.⁰³⁶

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados⁰³⁷ **os trabalhos da Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro.**

Eram 22:30 horas do dia 14 de novembro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)